



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças  
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

## **ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)**

A 1ª Reunião de Avaliação da Estratégica do Poder Judiciário do Estado do Pará-exercício 2016 ocorreu na sala de reunião da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), prédio sede, localizado na Av. Almirante Barroso, nos dias 20 e 21 de junho de 2016, de 15 às 17h.

O objetivo da reunião foi reunir os representantes do Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica para avaliar a execução das ações do Plano de Gestão (Biênio 2015-2017) por Macrodesafio.

### **Pauta**

#### **DATA: 20/06/2016**

15h às 15h10 – Boas vindas –Desembargador Presidente Constantino Augusto Guerreiro

15h10 às 15h15 – Resumo Executivo do Plano – Sra. Karla Loren – Diretora do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

15h15 às 15h20 – Apresentação da dinâmica – Prof.(a) Raquelita Athias – Assessora do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

15h20 às 15h40 - Ação da presidência - política de atenção integral à saúde de magistrados e servidores TJPA

15h40 às 16h - Macrodesafio aperfeiçoamento da gestão de custos

16h às 16h20 - Macrodesafio aprimoramento da justiça criminal

16h20 às 16h40 – Macrodesafio adoção de soluções alternativas de conflito

16h40 às 17h– Macrodesafio melhoria na gestão de pessoas

17h às 17h20- Macrodesafio combate à corrupção e a improbidade administrativa

17h30 - Encerramento



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças  
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

## **ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)**

**Data: 21/06/2016**

15h às 15h20 Macrodesafio celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

15h20 às 15h40 - Macrodesafio garantia dos direitos da cidadania

15h40 às 16h10 - Macrodesafio infraestrutura e governança de TIC

16h10 às 16h50 - Macrodesafio governança judiciária

### **Primeiro dia – 20.06.2016 (segunda-feira)**

O primeiro dia de reunião iniciou às 15h40 com a abertura feita pelo Desembargador Presidente Constantino Augusto Guerreiro, desejando boas-vindas a todos os participantes. Em seguida, a Diretora de Planejamento, Gestão e Estatística Karla Loren fez uma breve explanação da linha do tempo do planejamento que partiu da Resolução n.º 28/2014 do TJPA, perpassando pela construção do Plano de Gestão 2015-2017, composto por suas 62 ações e 362 etapas, sua execução e monitoramento por meio das reuniões de avaliação da estratégia, que vem se realizando com o objetivo de reunir o Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica e efetuar um balanço do Plano de Gestão 2015-2017. Ressaltou que a partir dessa avaliação conjunta, serão traçadas medidas para o alcance dos resultados desejados. Por último, mostrou um panorama do grau de execução do plano por macrodesafio e o cronograma de finalização das ações que ainda estão em andamento.

A Assessora Raquelita Athias apresentou a metodologia da reunião, que consiste na exposição da situação de cada macrodesafio pelo Coordenador de Controle de Planejamento Gleison Gomes, seguida pela Coordenadora de Gestão Estratégica Valéria Fontelles, que apresenta questionamentos referentes a cada macro em análise. Após as apresentações é franqueada a palavra a cada Coordenador de macrodesafio.

### **MACRODESAFIO COMBATE À CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

O senhor Gleison Gomes iniciou sua exposição com gráficos que demonstram os percentuais de execução das ações, destacando que o percentual geral das três ações estabelecidas para este macrodesafio é de 93%, sendo que: a ação 1 (Identificar e



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças  
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

## **ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)**

monitorar as ações de improbidade e crimes contra a administração pública) e a ação 2 (Promover apoio ao julgamento de ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública) encontram-se 100% finalizadas. Em quanto a ação 3 (Modernizar varas privativas de Fazenda Pública), encontra-se em andamento, com o percentual de 80% de execução.

A partir disso, a senhora Valéria convidou a Dra. Ana Angélica Olegário para falar sobre a etapa de instalação da Vara de Tutelas Coletivas de Fazenda Pública que tem prazo previsto para o dia 31/10/2016. A juíza comenta que para conclusão da ação 3, em que a instalação figura como etapa, está pendente apenas a votação da resolução de instalação da vara pelo Tribunal Pleno. O Desembargador Presidente Constantino completou informando que a referida resolução já está na pauta do Pleno que ocorrerá no dia 22/06/2016.

### **AÇÕES DE INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA**

O senhor Gleison mostrou que das quatro ações de iniciativa da Presidência 86% foi executado, sendo que: a ação 1 (Elaborar o Código de Organização Judiciária do Estado do Pará) e a ação 4 (Implantar projeto audiência de custódia na comarca de Belém) encontram-se 100% finalizadas. Enquanto que a ação 2 (Elaborar a política de atenção integral à saúde de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará) está com 97% de execução e a ação 3 (Implantar o Programa de atenção integral à Saúde de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará) com 53%. A senhora Valéria comenta sobre o bom andamento das ações, mas ressaltou que a ação 2 encontra-se com etapas em atraso, pois segundo o programado, já estaríamos numa fase de publicação da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do TJPA no final de maio, passando a palavra para o senhor Manoel de Cristo para explicar sobre tal pendência. O senhor Manoel ponderou que a política está pronta, faltando apenas a publicação do manual orientador.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças  
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

## **ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)**

### **MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS**

O senhor Gleison apontou que o macrodesafio é composto de uma ação e que está com o percentual de execução em 60%. Para que a ação seja finalizada estava previsto a elaboração do termo de referência, com posterior contratação da empresa ofertante do sistema de custos do TJPA. A partir disso, a senhora Valéria pergunta à senhora Cleomarina Moura como está a situação do cronograma de contratação do sistema de custos, que explica as dificuldades por conta das restrições orçamentárias e financeiras e que está aguardando os encaminhamentos necessários. Ressaltou ainda que está vislumbrando um projeto para conseguir recursos via emenda parlamentar no próximo ano. Informou também, que foram também consultadas empresas à execução do projeto, sendo que a THEMA foi a que mais se aproximou das necessidades do TJPA.

### **MACRODESAFIO APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL**

O senhor Gleison informou que as quatro ações que compõem o macrodesafio estão em andamento e juntas somam um percentual de 61% de cumprimento. A senhora Valéria cita alguns pontos relevantes dessas ações. Com relação à ação 1 (Fortalecer a rede de proteção à mulher), destacou atrasos em etapas, tais como a de realização de capacitação e formação continuada para os integrantes da rede. Quanto a ação 3 (Implantar círculos restaurativos), questionou sobre o andamento da ação, uma vez que a mesma possui um percentual baixo de execução, totalizando 22%. Dr. Otávio Albuquerque, responsável pelas ações 1 e 3, comentou que o percentual de execução não está mostrando a situação real e provavelmente isto decorra da ausência de alimentação no Simplan e que vai providenciar a atualização. Também discorreu sobre a reunião ocorrida em 17/06/2016 com desembargadores, servidores da equipe técnica da CEIJ e equipe do planejamento sobre a Resolução n.º 225 de 31/05/2016 do Conselho Nacional de Justiça que versa sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa, na qual discutiu-se sobre a fundamentação de um plano de estruturação organizacional com a proposta de uma Central de Justiça Restaurativa. Destacou também que três magistrados do TJPA já trabalham com Justiça Restaurativa.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças  
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

## **ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)**

A Dra. Raquelita complementou explicando que o CNJ prevê uma política de uniformização da prática norteada a partir de diretrizes nacionais, respeitando as especificidades de cada segmento de justiça e os incentivando. A reunião ocorrida em 17/06 teve também como objetivo definir tarefas para apresentação de um projeto que vislumbre a justiça paraense como um todo, visando o estabelecimento de parcerias com, por exemplo, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados e a Defensoria Pública. Assim, a ação que tinha em sua linha de atuação direta a realização de círculos restaurativos aplicados em esferas isoladas no TJPA, tende a ser ampliado a partir da publicação da Resolução do CNJ.

Com relação à ação 4 (Promover integração entre os sistemas de controle da execução penal), o Dr. João Augusto de Oliveira Jr expôs para o Presidente que o CNJ implementará o Sistema de Execução Unificado (SEU), previsto para julho de 2016. E que no âmbito estadual, o TJPA está dando andamento às adequações de interoperabilidade das bases de dados e informações dos sistemas informatizados tanto dos órgãos e setores que agem em conjunto com o Tribunal, quanto do próprio sistema LIBRA. Alerta para o receio de perda do trabalho interno com a implementação do SEU.

Quanto a ação 2 (Fortalecer a rede de proteção à criança e ao adolescente vítima de violência), o Dr. Wagner Costa informou que mesmo tendo saído da Vara de competência específica continua responsável pela ação, e que a mesma encontra-se em andamento, com cursos agendados para o segundo semestre.

### **MACRODESAFIO ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO**

O Senhor Gleison Gomes expôs que o macrodesafio é composto de três ações com 100% de cumprimento. A senhora Valéria parabeniza a Dra. Sílvia Mara Bentes pelo sucesso na concretização das etapas. A Dra. Sílvia comenta sobre a ação 1 (Elaborar plano de estruturação do NUPEMEC) em que ratifica o plano de estruturação do NUPEMEC após melhora financeira do TJPA deve auxiliar no aprimoramento do Núcleo. Quanto a ação 2 (Implantar sistema eletrônico de suscitação de resolução de conflitos) está no aguardo da implementação do PJe Cível. Por último a ação 3 (Elaborar eventos de



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças  
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

## **ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)**

sensibilização e capacitação dos conciliadores, mediadores e conflitantes), teve uma redução por conta das restrições orçamentárias.

### **MACRODESAFIO MELHORIA NA GESTÃO DE PESSOAS**

O senhor Gleison ponderou que as duas ações que formam o macrodesafio estão em andamento e com o percentual geral de cumprimento em 65%. A senhora Valéria iniciou perguntando sobre a previsão de conclusão da etapa de criação de sistema de controle acadêmico referente à ação 2 (Elaborar plano de capacitação). A Dra. Patrícia Cichovski explicou que está em construção um Projeto Político-Pedagógico das Escolas de Formação de Magistrados da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) que tem por finalidade orientar a elaboração e atualização dos projetos políticos-pedagógicos das escolas de formação de magistrados, o qual influencia diretamente na implementação do sistema de controle da Escola de Magistratura.

Com relação à ação 1 (Realizar estudos de Gestão por Competências) o Secretário de Gestão de Pessoas Diogo Brito falou que houve a contratação da empresa de Consultoria Quântica e informou que todo o trabalho foi dividido em onze etapas. A 1ª etapa foi iniciada em 1º de junho, durante reunião com secretários do TJPA. A 2ª etapa será de capacitação de gestores e nas outras fases, haverá planejamento da comunicação interna e avaliação de desempenho. O Presidente enfatiza a necessidade de realizar treinamento pelo módulo EAD, tendo em vista a redução de custos e evitar ausências de Magistrados e servidores de suas unidades. Sugeriu-se formação de multiplicadores e tutores.

Ao final do primeiro dia de reunião, o assessor Mário Ribeiro discorreu sobre o panorama econômico do país e elogiou a metodologia utilizada na RAE, bem como o desempenho dos Coordenadores de macrodesafios e responsáveis por ações do Plano de Gestão 2015-2017 que, apesar de todo o contexto econômico desfavorável, estão engajados em garantir o bom andamento do Plano.

O Presidente encerrou a reunião às 17h0, agradecendo a presença de todos e aproveitando a oportunidade para convidá-los a participarem dos trabalhos do dia seguinte.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças  
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

## **ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)**

### **Segundo dia – 21.06.2016 (terça-feira)**

O segundo dia de reunião iniciou às 15h30 com a abertura feita pelo Desembargador Presidente Constantino Augusto Guerreiro, desejando boas-vindas a todos os participantes. Em seguida, a Diretora de Planejamento, Gestão e Estatística Karla Loren retomou a exposição do dia anterior, apresentando a linha do tempo do planejamento partindo da Resolução nº 28/2014 do TJPA, perpassando pela construção e execução do Plano de Gestão 2015-2017 e a evolução das RAE'S. Por último, mostrou um panorama do grau de execução do plano por macrodesafio e o cronograma de finalização das ações em andamento.

A Assessora Raquelita Athias deu continuidade explicando a metodologia da reunião ao expor que as apresentações do dia teriam como ponto de partida o retrato situacional dos quatro maiores macrodesafios do plano. O primeiro momento foi conduzido pelo Coordenador de Controle de Planejamento Gleison Gomes, seguido por observações feitas pela Coordenadora de Gestão Estratégica Valéria Fontelles. Após as apresentações foi franqueada a palavra a cada Coordenador de macrodesafio.

### **MACRODESAFIO CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

O senhor Gleison explicou que o macrodesafio é composto de sete ações e que já foi executado, no geral, 89%. A ação 1 (Conceder certificação digital e treinar magistrados e servidores), a ação 5 (Criar Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números) e a ação 7 (Construir cenários prospectivos para a expansão judiciária) já estão 100% concluídas. Quanto às demais ações estão em andamento. A senhora Valéria perguntou sobre o andamento do cronograma da ação 2 (Implementar o PJe no sistema dos juizados especiais cíveis e varas cíveis até 2016), uma vez que em uma das suas etapas, a situação está como não iniciada, o que causou uma preocupação por conta do prazo de implantação do PJe.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças  
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

## **ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)**

A secretária de Informática Nilce Longhi Ramôa explicou que foi cumprido o cronograma de implantação do PJe no que tange aos juizados cíveis, todavia o interromperam, a fim de aguardar a versão 2.0 que será lançada. A previsão é dar prosseguimento à instalação nas varas cíveis no início de agosto. Esclareceu que a nova versão proporcionará mais estabilidade no uso do sistema.

O Presidente Desembargador Constantino Augusto Guerreiro destacou as dificuldades de implantação do PJe, lembrou da situação dos advogados de Santarém, onde houve a necessidade do deslocamento de uma equipe da Secretaria de Informática para efetuar treinamento. A senhora Nilce ressaltou que, além das dificuldades de implantação, existe também uma resistência quanto ao uso do PJe.

O responsável pela divisão de implementação de projetos Rodrigo Medeiros destacou que, dentre os diversos motivos no atraso na implementação do PJe nos Juizados Especiais, tem-se as dificuldades na adequação da infraestrutura, bem como o conhecimento do sistema. Ponderou que, mesmo com todo o comprometimento da equipe de Tecnologia da Informação, há carência de servidores para dar vazão a uma implantação grandiosa, o que exigiria um quantitativo de pessoal específico para tal fim. De forma ilustrativa, esclareceu que, segundo os parâmetros de implantação do PJe, o TJPA teria que compor uma equipe de no mínimo 29 servidores exclusivos, sendo que atualmente possui 9.

A senhora Valéria perguntou como está a execução da ação 3 (Realizar estudos relativos à estrutura mínima, funcional e física, bem como a dinâmica organizacional das unidades judiciárias, por competência processual) com a publicação da Resolução nº 219/2016 do CNJ e se tem previsão de Ato Normativo para fixar o número mínimo necessário de servidores por Vara. Diante do questionamento, a senhora Josiane Vieira explicou que os estudos já vinham sendo realizados e com o advento da Resolução n.º 219, decidiu-se pela formação de um grupo de trabalho que vai apresentar um plano para o cumprimento do normativo até agosto de 2016 e um projeto em conjunto para edição de resolução do TJPA. O Desembargador Presidente Constantino Guerreiro ponderou que a Resolução nº 219



## **ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)**

já está sendo questionada pelo Colégio de Presidentes, em razão da forte ingerência do CNJ na gestão dos Tribunais.

### **MACRODESAFIO GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA**

O senhor Gleison expôs que o macrodesafio é composto de sete ações e que possuem 87% de execução. A ação 1 (Elaborar projeto para definição de cargos entre aqueles criados na Lei 7.884/2014, objetivando a formação de equipes multidisciplinares em Varas com competência para os feitos em Infância e Juventude) e a ação 6 (Criar grupo de trabalho (GT) para apoiar o julgamento de ações coletivas) já estão 100% concluídas, as demais ações estão em andamento.

A senhora Valéria apontou algumas etapas em atraso na ação 2 (fortalecer a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude - CEIJ) no que se refere a efetivação do acesso da CEIJ aos dados pertinentes à infância e à juventude registrados no sistema LIBRA. Destacou que a etapa de realização de estudos para estabelecer um diagnóstico em matéria de Infância e Juventude com previsão de conclusão em 20/06/2016 está apenas com 60% de realização.

A Dra. Mônica Maciel apresentou um panorama geral das ações do Macrodesafio que está sob a sua responsabilidade e todos os envolvidos no desempenho dele. Explicou que na ação 2 (Fortalecer a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude – CEIJ) está sendo feita uma pesquisa em matéria de infância e juventude em todas as comarcas do Estado para diagnóstico com prazo final prorrogado para dezembro de 2016. Referente à ação 5 (Criar banco de informações de ações coletivas), informou que o sistema Libra já está adequado para oferecer as informações sobre as ações coletivas, restando pendente apenas a divulgação da nova funcionalidade. Todavia estão em curso as providências para divulgação. E por último, passou a palavra para a Dra. Danielle Buhnheim que comentou brevemente sobre o andamento da ação 7 (Realizar estudo para tratar da redefinição de competência das varas agrárias especializadas), a qual relatou algumas dificuldades técnicas, mas que estão finalizando o relatório e por isso ponderou a necessidade de postergar o prazo.



## ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)

### MACRODESAFIO INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC

O senhor Gleison expôs que o macrodesafio é composto de sete ações, com 69% de execução. A senhora Valéria fez um destaque de todos os pontos observados, a serem descritos a seguir, em seguida a senhora Nilce Ramôa apresentou seus comentários.

Quanto a ação 1 (Construir o *Datacenter*) a senhora Valéria esclareceu que, mesmo com a data de entrega para janeiro de 2017, seria interessante informar uma posição sobre o andamento dessa construção, por se tratar de uma ação de grande complexidade, uma vez que a previsão final da licitação está para 25/07/2016. A senhora Nilce Ramôa explicou que foi feito o processo para abertura da licitação em conjunto com a Secretaria de Engenharia para a publicação do edital, todavia como houve durante esse processo pedido de esclarecimentos, acabou acarretando em mudança no prazo para o dia 3 de agosto. O senhor Mário Tavares complementou dizendo que apesar das dificuldades, foi possível nessa gestão reunir esforços e alocar recursos para fazer um projeto tão grandioso e de suma importância para instituição. O cronograma de execução da obra está prevista para 5 (cinco) meses.

Sobre a ação 2 (Melhorar os serviços de comunicação de dados) a senhora Valéria pediu esclarecimentos quanto a etapa que versa sobre a construção e implantação da rede de fibra ótica nas unidades judiciárias da Região Metropolitana de Belém que possui prazo até 30/06/2016 e da previsão do quantitativo de implantação em 17 unidades, sendo que consta no Simplan em apenas 3 realizadas. A senhora Nilce citou que houve a entrega de fibra ótica no prédio da Tamandaré, enfatizando que na Região Metropolitana será implantado até 03 de julho. Acrescentou que há uma etapa de implantação da rede de fibra ótica nas unidades judiciárias de Marabá e Altamira, com prazo até 30/06/2016, sendo que não há informação de fase de execução. A senhora Nilce informou que quanto ao interior, a realização dessa etapa será feita por outra empresa, sendo que em Santarém já adiantou que ocorrerá, entretanto em Marabá e Altamira não será possível nessa gestão devido as restrições financeiras.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças  
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

## **ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)**

Na ação 6, (Ampliar a política de segurança da informação - PSI) a senhora Valéria citou que as etapas que se referem a criação da estação (Desktop) Modelo para o TJPA com prazo para 30/06/2016, sendo que a situação está como não iniciada e da implantação de metodologia de PDCA para PSI com prazo para 27/07/2016 com execução de apenas 10%. A senhora Nilce comentou que o TJPA estava providenciando a atualização para a PSI, mas decidiram aguardar, em virtude das mudanças que o CNJ está fazendo nacionalmente.

Com relação à ação 7 (Aprimorar a proteção das informações) a senhora Valéria explicou que as etapas que tratam sobre: a expansão do sistema de armazenamento de dados com prazo para 21/05/2016 e que consta apenas 20% de execução, atualização do controle de fluxo entre datacenter, internet e usuários com prazo até 01/06/2016 e situação na fase de execução de 70% e instalação do novo sistema de backup de dados com data de conclusão prevista para 30/05/2016, sendo que a execução está ainda em 60%. A senhora Nilce justificou que o atraso quanto à expansão do sistema de armazenamento de dados está dependendo de disponibilidade orçamentária e financeira, pois a compra das memórias é uma demanda contínua, e como houve cortes no orçamento nesse ano, foi necessário reduzir essa expansão do sistema.

### **MACRODESAFIO GOVERNANÇA JUDICIÁRIA**

O senhor Gleison esclareceu que o macrodesafio é composto de vinte ações e que possui o percentual de 80% de execução. A senhora Valéria pediu esclarecimentos no que tange ao cronograma de implantação do produto da ação 1 (Readequação dos sistemas operacionais de arrecadação das receitas judiciais próprias do TJPA). A senhora Nazaré Saleme informou que está aguardando as adequações que já estão sendo providenciadas pela Secretaria de Informática e quanto a ação 2 (Readequar os sistemas operacionais de arrecadação das receitas extrajudiciais próprias do TJPA) informou que foi realizada uma visita no Tribunal de Pernambuco com o intuito de conhecer o sistema utilizado por eles, a fim de compor adaptá-lo ao que já existe no TJPA. Esse aprimoramento está em fase de estudo. O



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças  
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

## **ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)**

objetivo de desenvolver esse sistema é controlar o recebimento das taxas de serviços recebidos pelos tabeliães.

No que concerne a ação 3 (Modernizar a gestão do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário – FRJ), a senhora Valéria perguntou sobre a etapa de elaboração de material didático de capacitação a distância que possui prazo de conclusão previsto para 30/06/2016, sendo que consta no sistema apenas 10% de execução. A senhora Nazaré informou que questões legislativas foram providenciadas. Foram elaboradas pela Corregedoria e encaminhadas à Assembleia Legislativa. Ressaltou que a Coordenadoria de Arrecadação está empenhada em recuperar receitas, notificando os cartórios e auxiliando a Corregedoria.

Esclareceu que a ação 4 (Criar grupo de trabalho (GT) multidisciplinar de acompanhamento das receitas) está em andamento e seu acompanhamento periódico está sendo realizado por meio de relatórios. Está programada uma reunião para avaliação dos resultados.

Com relação à ação que trata sobre a criação de padrões construtivos para unidades judiciárias, a senhora Valéria perguntou sobre o manual de padronização de materiais para os prédios do TJPA que está previsto para ser concluído em 01/09/2016, mas que possui apenas 10% de execução, segundo o sistema de monitoramento, Simplan. O senhor Fabrício comentou sobre a dificuldade em definir o padrão, haja vista a ingerência dos magistrados na definição desses padrões.

Quanto à ação de fortalecer o sistema de estatística, a senhora Valéria explicou que falta apenas a conclusão do treinamento interno da equipe envolvida e que há previsão de concluí-la no prazo estabelecido.

No que tange a ação de fortalecer o sistema de controles internos do TJPA, a senhora Valéria perguntou como está o andamento do manual base e como está sendo desenvolvida a elaboração de manuais e fluxos. A senhora Débora Gomes explicou que o manual base passou por adequações, com a utilização de método de modelagem de processos. A modelagem de processo nada mais é que olhar sua rotina e desenhar o processo, visando mitigar riscos. Informou que algumas áreas já estão desenvolvendo a modelagem: Secretaria de Gestão de Pessoas,



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças  
Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

## **ATA – 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)**

Coordenadoria de Precatórios, Secretaria de Administração, Corregedorias, Presidência e Vice-Presidência.

Quanto à iniciativa Otimização da Gestão da Informação, de responsabilidade do Secretário Judiciário David Bastos, há 07 (sete) ações, sendo que 5 (cinco) já foram concluídas. Três delas foram inseridas durante o andamento do Plano de Gestão 2015-2017, após a última avaliação da estratégia. O senhor Davi fez uma breve apresentação das ações, comentando sobre o bom andamento e que há previsão de serem concluídas nos prazos previstos.

### **DELIBERAÇÕES**

- Atualizar a Portaria (n.º 1593/2015-GP) que instituiu o Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica.
- Atualização pelos responsáveis das informações de ações e etapas no SIMPLAN.
- Avaliação geral das ações/etapas, no que tange prazos e entregas pelos responsáveis.

### **ENCERRAMENTO**

O Desembargador Presidente Constantino Guerreiro agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião às 17h40.